



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ**

## **GABINETE DO PREFEITO**

Avenida Domingos Bassi, nº 1.000 - CECAP - Tatuí/SP

Telefone: (15) 3259-8400 - CEP: 18.271-330

### **LEI MUNICIPAL Nº 6.171, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

*Inclui o artigo 1º-A na Lei Municipal nº 5.871, de 14 de dezembro de 2023, que autoriza o Município de Tatuí a transferir imóveis de sua titularidade, por meio de doação para a implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social pelos programas de subsídio do Governo Federal e Estadual e dá outras providências.*

**MIGUEL LOPES CARDOSO JÚNIOR**, Prefeito do Município de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica incluído o Artigo 1º-A, à Lei nº 5.871, de 14 de dezembro de 2023, com a seguinte redação:

*“Art. 1º-A As faixas marginais de Áreas de Preservação Permanente APPs, em áreas urbanas consolidadas no córrego Manduca, deverão observar os parâmetros técnicos e ambientais previstos no Art. 62, §2º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, aplicando-se, de forma subsidiária, as disposições da Lei Municipal Ordinária nº 2.839, de 1995, no que couber.*

*§ 1º Serão permitidas intervenções nas APPs situadas em áreas urbanas consolidadas do córrego Manduca nos seguintes casos:*

*I - Utilidade pública;*

*II - Interesse social;*

*III - Baixo impacto ambiental;*

*IV - Regularização Fundiária;*

*V - Implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social.*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ**

## **GABINETE DO PREFEITO**

Avenida Domingos Bassi, nº 1.000 - CECAP - Tatuí/SP

Telefone: (15) 3259-8400 - CEP: 18.271-330

### **LEI MUNICIPAL Nº 6.171, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

*§ 2º As intervenções deverão ser precedidas de licenciamento ambiental, quando couber, e atender aos critérios de compensação ambiental estabelecidos pela legislação vigente.*

*§ 3º As obras e edificações existentes em faixas marginais de APPs, em áreas urbanas consolidadas no córrego Manduca em desacordo com esta Lei, poderão ser objeto de regularização, mediante apresentação de estudo técnico e aprovação dos órgãos competentes desde que respeitados os limites e parâmetros estabelecidos no caput deste artigo.”*

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Tatuí, 22 de dezembro de 2025.

**MIGUEL LOPES CARDOSO JÚNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Publicada no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 22/12/2025  
Neiva de Barros Oliveira

**(Ofício nº 1.150/AJT/CMT/2025, da Câmara Municipal de Tatuí)**